

# Defendendo a Tradição Ocidental da Liberdade sob a Lei

Agora, mais do que nunca, precisamos de instituições dedicadas à defesa dos valores e tradições liberais, ao esclarecimento das suas origens e lições, e à compreensão dos desafios que enfrentam.

TRADUÇÃO: **Ana Martins**

**C**omeço por agradecer e congratular João Espada e o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica no seu 25º aniversário dos Encontros Internacionais em Estudos Políticos e pelo 20º aniversário do Instituto. Agora, mais do que nunca, precisamos de instituições dedicadas à defesa dos valores e tradições liberais, ao esclarecimento das suas origens e lições, e à compreensão dos desafios que enfrentam.

A questão perante este painel é urgente na sua actualidade. Há cada vez mais a sensação de que o Ocidente está a perder força – que individualmente e colectivamente, as democracias liberais da Europa e os estados anglófonos da América do Norte e Australásia estão a enfraquecer, e que poder e riqueza estão a deslocar-se para sul e este, para a China claro, mas também para outros poderes asiáticos ascendentes, para os estados do Golfo, e para outras economias de mercado emergentes do sul global, e para a Rússia.

Era inevitável que o Ocidente, com apenas 15 por cento da população mundial e, note-se, uma quota constantemente decrescente, iria diminuir a sua quota de poder e de riqueza. Esta tem sido uma



POR  
**Larry  
Diamond**

Professor, Stanford University e co-Editor, *Journal of Democracy*

tendência de longo-prazo. A história das últimas décadas, especialmente da era pós-Guerra Fria, tem sido uma de abrandamento do crescimento económico nos países ricos – o que, mais uma vez, é inevitável à medida que as economias amadurecem e o crescimento demográfico diminui – e de intensificação do crescimento económico nos estados tigre da Ásia Oriental, depois na China, e mais recentemente noutros países em desenvolvimento como a Índia e grandes partes da América Latina e de África. O mundo inteiro beneficia quando o crescimento económico se espalha amplamente, e como documenta o economista Steven Radelet no seu livro, *The Great Surge* (A Grande Ascensão), as últimas décadas têm visto níveis de redução da pobreza, criação de

riqueza, e melhorias no bem estar humano sem precedente na história.<sup>1</sup>

Também era inevitável que a dimensão da economia chinesa fosse igualar e depois ultrapassar a dos Estados Unidos. É só fazer as contas: por quanto tempo poderia um país com um quarto da população da China manter uma economia quatro vezes maior que a da China? A resposta revelou-se ser: até por volta desta altura. Os EUA e a Europa permanecerão, provavelmente durante décadas, mais ricos em termos per capita do que a China, mas agora precisamos de nos ajustar à realidade da China ter a maior economia nacional do mundo. Os Estados Unidos retêm de longe as forças armadas mais poderosas do mundo, mas esse equilíbrio também está a mudar, particularmente na Ásia. Os EUA não podem mais confiantemente forçar a China a desistir numa futura confrontação, como fizeram em 1996, quando enviou dois grupos de porta-aviões para os dois lados do Estreito de Taiwan durante o período de tensão entre as autoridades de Pequim e o que eles consideram um governo ilegítimo em Taipei. De facto, a China está a desenvolver – e poderá já tê-lo feito – navios anti-míssil que poderão afundar um porta-aviões americano.

Poder-se-ia apontar várias formas em que o equilíbrio do poder militar está a mudar. Uma é a difusão de armas de destruição maciça, ao ponto de um poder menor mas fanático e totalitário, a Coreia do Norte, ter acumulado cerca de 25 armas nucleares e está agora envolvido numa busca frenética para desenvolver a capacidade de as pôr num míssil balístico intercontinental (MBIC). Se a Coreia do Norte não for travada, ela terá provavelmente dentro duma década a capacidade de obliterar Washington, D.C. com um MBIC coroado com uma ogiva nuclear. Todos devíamos ponderar seriamente o significado que isto teria para o equilíbrio de poder global. A busca desenfreada do Irão por uma arma nuclear foi impedida pelo recente acordo com os Estados Unidos, mas se se mantiver, será uma pausa temporária que irá expirar após 15 anos. Grupos terroristas têm tentado adquirir poder nuclear, químico e outros meios de matar em massa. Depois há a nova classe de armas que pode matar e silenciosamente destabilizar a uma escala massiva, até anonimamente, através do ciberespaço. Este é um meio de guerra não convencional e assimétrico em que acima de tudo a Rússia, mas também a China e uma série

de estados não Ocidentais estão a fazer rápidos avanços, e nós já vimos o impacto da intrusão e *trolling* russos das eleições dos EUA em 2016 – o que entendo terem sido correctamente chamados a versão-ciber do 11 de Setembro e, certamente um prenúncio de muito, muito mais que está por vir.

Está agora documentado que a Rússia não só interveio para moldar, distorcer, e inflamar as redes sociais durante a campanha, mas que também entrou nos sistemas de registo de eleitores de vários estados e localidades dos EUA, sondando e recolhendo informação que poderá usar para manipular digitalmente futuras eleições nos Estados Unidos. Nos EUA – e suspeito que noutras democracias Ocidentais – os nossos sistemas eleitorais são antiquados e vulneráveis a ciber-subversão sofisticada. Eles precisam urgentemente de ser modernizados e resistentes para prevenir e detectar fraude digital. Isto requererá investigação, formação, inovação tecnológica, financiamento, e senso comum básico: Nenhum voto de relevância deverá alguma vez ser realizado sem poder ser inspecionado e verificado através da recontagem de votos em papel.

Acima de tudo, combater esta ciber-ameaça iminente dirigida à estrutura operacional das nossas democracias requer uma mudança maior de mentalidade que deve ser mobilizada para que o Ocidente não enfraqueça fatalmente. Temos de nos livrar da autoconfiança despreocupada que a nossa proeminência, como a nossa segurança, é indestrutível – que as democracias Ocidentais irão permanecer globalmente dominantes porque o temos sido durante tanto tempo, porque lideramos em conhecimento, instituições, e inovação, ou porque temos a certeza moral do nosso lado. Não há nada inevitável acerca da preeminência económica, científica, ou até militar do Ocidente – e, em todo o caso, é cada vez mais claro que em termos militares, se o Ocidente está disposto continuar junto na OTAN e dissuadir o emergente desafio russo, todos os seus membros devem renovar e levar a sério os seus compromissos.

#### PODER GLOBAL

Quero agora traçar a moldura com a qual pensar acerca do se e como o Ocidente está a enfraquecer, através de três dimensões: Poder, instituições e valores. O poder é sempre relacional, portanto temos de considerar: poder *vis-à-vis* quem? Se o poder militar, económico, tecnológico, e/ou político (ou

seja, em parte diplomático) do Ocidente está a enfraquecer, quem está a tomar o seu lugar? Será que o Ocidente está mesmo a enfraquecer se os poderes que se levantam para competir com ele económica e tecnologicamente são outras democracias liberais na Ásia Oriental e na América Latina, por exemplo? Penso que dificilmente. Tal competição apresenta mais uma oportunidade do que um desafio: A oportunidade de incorporar democracias liberais que começaram recentemente a amadurecer numa concepção mais vasta do que é o Ocidente: Um conjunto de economias de mercado avançadas e bem sucedidas que partilham valores e instituições democrático-liberais. O Ocidente torna-se mais forte quando a coligação aumenta em número, para além de divisões geográficas e culturais. Assim, o Japão há muito que é um membro do G7. É uma democracia liberal estabelecida, e devemos considera-lo parte d' "O Ocidente". Neste sentido fundamental de valores e instituições partilhados, a Coreia e o Taiwan são também parte do Ocidente, bem como o são, claro, as democracias mais economicamente desenvolvidas e enraizadas da América Latina. Dos 35 países da OCDE, há apenas dois estados não democráticos: a Turquia, que tem oscilado entre democracia e autoritarismo desde que se juntou no início da OCDE em 1961, e a Hungria, que em anos recentes atravessou a linha de democracia iliberal para o autoritarismo competitivo, com uma beligerância cada vez mais agressiva contra princípios liberais.

Perguntamos se o Ocidente está a enfraquecer porque (espero eu) apreciamos muito mais a preservação daquilo que o Ocidente tem representado – a tradição da liberdade sob a lei (para citar o título desta conferência) – do que a sustentação da hegemonia económica e política desta zona geográfica e cultural. Aliás, o Ocidente será mais forte na medida em que poderá continuar a atrair, integrar e dar poder a pessoas de diversas nações e religiões que se comprometem com o credo liberal. Nada tem sido mais vital para a força e sucesso dos EUA ao longo do tempo do que esta capacidade de atrair imigrantes, cultivar e libertar os seus talentos e ambições, e misturá-los num "E pluribus, unum." Estamos, portanto, a falar acerca de uma forma particular de competição, entre democracias Ocidentais e outros poderes, correntes ou poderes potencialmente rivais que não acreditam na liberdade ou no estado de direito. A questão é, então, esta:

Estará o Ocidente democrático a enfraquecer em relação a regimes autoritários que são hostis aos nossos valores: países como a China, Rússia, Irão, Arábia Saudita, e agora, infelizmente, temos de acrescentar à lista, a Turquia?

Aqui a questão torna-se complexa, mas as tendências são preocupantes. Dado que iremos ter considerável discussão acerca da Europa e da OTAN – e (espero eu) sobre a ameaça colocada por um regime Russo expansionista, cleptocrático e instável, permitam-me apenas dar mais uma palavra acerca da China. Neste momento, a China é o poder mais dinâmico do mundo. É a China que está a avançar com novos projectos e instituições geopolíticas sem (como é o caso da Rússia) depender (pelo menos até agora) de força militar, designadamente o Banco Asiático do Desenvolvimento e o ousado "Um Cinturão e Uma Estrada". O último, uma vasta rede de projectos de transporte e energia, ligaria a China com a Ásia Central, do Sul e Ocidental até à Europa, potencialmente envolvendo dezenas de países com um PIB de \$21 trilhões. De acordo com um recente ensaio de um oficial chinês, "ele está direccionado para criar a maior plataforma mundial para cooperação económica, incluindo coordenação de políticas públicas, colaboração comercial e financeira, e cooperação social e cultural."<sup>2</sup> Não há nada como esta visão global ou investimento vindo dos Estados Unidos, ou de qualquer conjunto de democracias Ocidentais. E já para não falar a espectacular expansão da ajuda e investimento Chineses por todo o mundo, incluindo pela África e América Latina fora, o que, de acordo com várias opiniões, torna agora a China na maior fonte bilateral de assistência externa no mundo, bem como a crescente projecção energética e sofisticada de *soft power* cultural e político chinês por meio de bolsas para universidades e *think tanks* e de financiamento de institutos Confúcio.<sup>3</sup> Esta projecção de poder pode ser – como é o neo-colonialismo – forçosa e arrogante, provocando ressentimento na sociedade receptora quando acorda para a agenda egoísta e escondida por detrás da ajuda. Mas por enquanto, e possivelmente por muitos anos, a maior iniciativa, visão, e inovação institucional no mundo vem da China, não dos Estados Unidos. E isto constitui um desafio a longo prazo mais sério à liderança global do Ocidente democrático-liberal do que a agressão e subversão russas. A Rússia carece de fundação orgânica para o crescimento

económico e o dinamismo tecnológico que vão além do petro-estado criminoso que é, enquanto que a China tem um sector privado dinâmico, mesmo que intensamente ligado ao estado. Por outras palavras, além do facto da China ter uma população e economia bem maiores que as da Rússia, ela será em breve mais rica que a Rússia até em termos de per-capita, e a sua ascensão geopolítica é bem mais sustentável.<sup>4</sup>

#### INSTITUIÇÕES E VALORES

O poder global da China, e o regional, por enquanto, da Rússia está a crescer não só por causa das próprias acções e estratégias mas por causa da fraqueza institucional e decadência normativa do Ocidente liberal. Institucionalmente, precisamos de aferir a força das instituições liberais ao nível tanto do sistema internacional como dos estados-nação.

Não vou dizer muito acerca de instituições internacionais, a não ser que o conjunto de instituições liberais internacionais, construídas por Truman e Acheson, e a vitoriosa aliança democrática depois da Segunda Guerra Mundial estão severamente desgastadas e a precisar de reforma. O domínio dos EUA e da Europa nestas instituições não pode ser preservado indefinidamente sem o seu esvaziamento, deixando o caminho aberto para a emergência de instituições rivais fundamentalmente mais poderosas. Esta é parte da mensagem da criação do Banco Asiático de Investimento no Desenvolvimento. É por isso que a Par-

ceria Trans-Pacífico (TPP: *Trans-Pacific Partnership*) era tão visionária e tão necessária. Não só era uma forma de avançar a integração económica—e com critérios de trabalho e ambiente mais sérios do que provavelmente qualquer acordo de comércio multilateral fora do Mercado Europeu Comum—mas era também uma estratégia para construir uma arena de associação económica e política mais vasta na Ásia na qual os Estados Unidos seriam centrais e na qual a China não dominaria. A decisão dos EUA recuarem do TPP é a mais gravosa ferida auto-infligida para a posição de liderança global americana desde a criação da ordem mundial liberal após a Segunda Guerra Mundial. É uma enorme dádiva para a China autoritária, um golpe subestimado às aspirações democráticas do Sudeste Asiático, e um impressionante símbolo e acelerador da ascensão chinesa e da queda da América no palco asiático—logo, inevitavelmente, no palco global.

Na qualidade de especialista em democracia, o que me tem preocupado há muitos

anos é a fraqueza e volatilidade das instituições democráticas ao nível dos estados-nação e, especificamente, dos cerca de 120 que poderão ser chamados de pelo menos democracias eleitorais. O mundo tem estado numa recessão democrática há mais de uma década. Em cada um dos últimos onze anos, como tem documentado a *Freedom House*, mais países têm entrado em declínio do que os que têm ganho a nível de direitos políticos, liberdades civis, ou de ambos. Normalmente, o rácio tem sido de dois para um, na direcção errada, revertendo uma tendência de quinze anos depois da Guerra Fria na qual, em quase todos os anos depois de 1990, mais países ganharam do que perderam em liberdade, frequentemente por um factor de dois para um ou mais na direcção certa. Acresce que, mais democracias têm falhado e, tipicamente não pelo antigo e estabelecido método da morte súbita através de golpe militar ou executivo, mas ao invés por um processo de degradação e estrangulamento lentos e constantes por obra de autocratas eleitos hábeis como

**O Ocidente será mais forte na medida em que poderá continuar a atrair, integrar e dar poder a pessoas de diversas nações e religiões que se comprometem com o credo liberal**



Larry Diamond

Vladimir Putin, Hugo Chavez, Recep Tayyip Erdogan, e Viktor Orban (apesar de muita da Europa e o resto do mundo ainda não ter acordado ou reunido a coragem política para reconhecer a dimensão do que Orban e o seu partido, Fidesz, têm feito para diminuir as liberdades liberais e degradar os freios e contrapesos e o campo de acção da competição eleitoral).

Apesar de uma clara maioria dos estados do mundo ainda serem democracias eleitorais, se se aplicar qualquer tipo de critério rigoroso (de eleições verdadeiramente livres e justas) a esta condição mínima da democracia, então será difícil encontrar muito mais do que metade (por volta de 54 por cento) dos estados com mais de um milhão de pessoas qualificáveis como democracias eleitorais. Além disso, muitos destes estados são bastante ambíguos quanto ao seu carácter político e, se olharmos mais de perto, muitos deles—como a Nigéria, o

Quênia, o Equador, a Bolívia, e a Guatemala—poderão ser melhor caracterizados como regimes autoritários competitivos.<sup>5</sup> Pior ainda, a tendência é para a direcção errada, com mais países europeus, particularmente a Polónia mas também recentemente a República Checa e outros, a prosseguir agendas iliberais que ameaçam a independência judicial, a liberdade de imprensa, a sociedade civil, e portanto a democracia liberal, senão a própria democracia. Em suma, dentro da Europa, Orban poderá ser o prenúncio de muito pior que está por vir se a EU não despertar a vontade e reunir os meios para denunciar e sancionar significativamente a retirada das normas liberais e democráticas. Fora do Ocidente, grandes democracias como a Turquia e o Bangladesh já caíram no autoritarismo, e outras estão claramente em risco do mesmo. O estado de direito está sob ataque nas Filipinas onde o líder abusador populista, assassino, com nada senão desdém pelo estado de direito, o Presidente Rodrigo Duterte, tem presidido alegremente sobre o homicídio extrajudicial de mais de 7000 alegados traficantes e consumidores de droga (muitos dos quais inocentes de qualquer crime), e está numa campanha bem encaminhada para subverter o Supremo Tribunal, o Congresso e outras instituições de contrapeso. A Indonésia escapou por pouco na sua eleição presidencial de 2014, quando o Governador de Jakarta, relativamente liberal, pluralista e decente, Joko Widodo (“Jokowi”), derrotou o general reformado Prabowo Subianto na corrida à presidência. Mas a margem de Jokowi esteve longe de ser uma vitória esmagadora, e Prabowo—o genro rufia do antigo ditador, Suharto, que foi responsável por consideráveis abusos de direitos humanos à medida que a ditadura estava a desintegrar-se—está agora a alinhar-se com extremistas islâmicos que estão a ganhar poder enquanto o país turbulento começa a aproximar-se da próxima disputa presidencial em 2019.

A crescente pressão de minorias cristãs e outras não-muçulmanas na Indonésia—que no mês passado fez a sua mais proeminente vítima quando Ahok, o Governador cristão de Jakarta, foi sentenciado a dois anos de prisão com base em alegações escandalosamente falsas de blasfémia—encarna uma das maiores ameaças ao histórico projecto ocidental de liberdade sob a lei: Intolerância religiosa e étnica. Ao longo dos tempos, quem implacável e ambiciosamente procurou poder achou sempre útil a mobilização em

torno de laços de identidade. Infelizmente, quando a política se mobiliza em torno da identidade, torna-se numa rampa deslizante que começa com redes existentes de solidariedade e parentesco e acaba a alimentar e até inventar narrativas de preconceito baseadas na ferida ou ameaça imaginadas ou exageradas. Muitos dos grandes teóricos sociais dos dois últimos séculos pensaram que, com a modernização, laços de identidade étnica, nacional e religiosa iriam ceder perante linhas mais funcionais de clivagem baseadas em classe social, programa ideológico e interesses funcionais, mas nós temos visto que a identidade tem uma resiliência emotiva e

res políticos e até ganho eleições com base na política de identidade nativista, anti-imigração e de versões exclusivistas de nacionalismo). Se olharmos para o mundo em geral ou se voltarmos a lente, como devemos, para dentro, descobrimos que o populismo iliberal constitui agora uma das maiores ameaças à tradição liberal Ocidental. E é uma ameaça que vem tanto de dentro como de fora, desafiando alguns dos fundamentos normativos que têm permitido a ascensão e resiliência da democracia Ocidental: pluralismo religioso e social; tolerância por diferenças sociais e políticas e, portanto, a renúncia à coerção e violência em política; abertura à inova-



uma atractividade duradoura que nunca pode ser eliminada definitivamente.

Mais, num contexto de competição, frustração, ou ira políticas ou sociais—fenómenos naturalmente recorrentes em qualquer sociedade—a identidade sempre permite um enquadramento interpretativo e mobilizador potencialmente potente. Estamos, portanto, no meio de um conjunto generalizado de erupções políticas de identidade, desde a Polónia, à Hungria, à Indonésia e à Birmânia (com o seu movimento budista extremista crescente contra a sua minoria muçulmana), da Rússia à China (que estão, cada uma à sua maneira, a mobilizar o nacionalismo contra o Ocidente liberal para retirar legitimidade a valores liberais e distrair dos seus fracassos governamentais) à Europa e aos Estados Unidos (onde partidos e candidatos da direita populista têm mobilizado seguido-

ção e imigração; moderação, razão, respeito pela prova e uma disposição para ouvir, debater, e chegar a acordo. Já que estamos aqui reunidos por João Espada, vou apenas notar brevemente o que sei que João e muitos outros grandes pensadores políticos podem dizer, e provavelmente dirão, com maior profundidade e eloquência: Estes são os inimigos do que Karl Popper chamou a “sociedade aberta”, e eles estão a crescer em número dentro das democracias do Ocidente, tanto virtualmente como no ciberespaço, e visivelmente, e até de modo assassino, no mundo físico.

Em resultado, as democracias do Ocidente defrontam agora um conjunto complexo de desafios internos que poderes autoritários hostis como a Rússia e a China poderão agravar e explorar, mesmo não os tendo criado. Levará muito mais tempo, distância histórica, e investigação nas ciên-

cias sociais para diagnosticar correctamente as origens da nossa tensão (senão crise) actual, mas pelo menos isto é claro. As instituições das democracias liberais consolidadas do Ocidente estão a ser seriamente desafiadas por dentro. Muitas delas estão pressionadas pela crescente polarização política, pelo crescimento de movimentos populistas iliberais da direita (e cada vez mais da esquerda), pela instabilidade e declínio de partidos políticos e pelo sistema partidário existente, e por padrões ascendentes, quando não crónicos, de cinismo, protesto, ou desinteresse por parte dos cidadãos. Como proposição geral, não devemos temer a mudança política. Mas é a capaci-



## **É a capacidade das democracias de mudar e evoluir pacificamente que lhes permite perdurar e permanecer estáveis a longo prazo**

dade das democracias de mudar e evoluir pacificamente que lhes permite perdurar e permanecer estáveis a longo prazo, e isto aplica-se não só a políticas públicas e a partidos no poder mas ao sistema partidário e até a instituições eleitorais e de governo. Estou pessoalmente convencido que uma grande parte do problema nos EUA e no Reino Unido é o sistema assustadoramente desactualizado e inflexível de eleições por maioria simples, que dificulta formidavelmente a ascensão de partidos inovadores e a substituição dos dois partidos dominantes. Quando a isto se junta a inovação pseudo-democrática das primárias partidárias—nas quais os politicamente fiéis e mais ideologicamente motivados entre os que se identificam com o partido participam desproporcionalmente na nomeação de líderes e candidatos do partido—não surpreende que tenhamos uma espiral mortal cada vez

mais acentuada de polarização política que se pode observar na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. E não é por acaso que foi em França, com o seu sistema de duas voltas que é mais favorável a novas alternativas políticas, onde um criativo centrista alternativo conseguiu emergir e rapidamente subir e dominar. Se a democracia liberal quiser renovar a sua saúde e vigor no Reino Unido e nos EUA, a reforma eleitoral é urgentemente necessária para permitir a ascensão de candidatos centristas criativos e independentes (e possivelmente um partido progressista de centro, como o Partido Liberal Democrata no Reino Unido) que possam fazer a ponte entre as divisões ideológicas actuais e oferecer soluções inovadoras mas pragmáticas para as grandes questões políticas com que nos deparamos. Aqui a escolha óbvia para uma reforma eleitoral é: ou 1) o sistema de duas voltas usado em França; ou 2) formas moderadas de representação usadas na Escandinávia; ou 3) o sistema de participação mista usado na Alemanha; ou 4) o Voto Alternativo (também conhecido como *Ranked Choice Voting*) usado para eleger a câmara baixa da Austrália. Destas opções, prefiro o *Ranked Choice Voting* para os EUA e Reino Unido, porque é muito mais compatível com as suas profundamente enraizadas tradições de listas uninominais e as suas preferências por sistemas maioritários ou de dois partidos, encorajando, todavia, tanto a inovação e a moderação. Tem corrido razoavelmente bem, introduzindo moderação na Austrália. Como condição para aderir ao governo Conservador em coligação após a eleição geral de 2010 no Reino Unido, o Partido Liberal Democrata conseguiu a promessa para um referendo nacional para a adopção do Voto Alternativo no Reino Unido. Mas o referendo, ocorrido em Maio de 2011, foi apressado e mal preparado intelectual e politicamente. Após o que um observador descreveu como um “debate público mal humorado e mal informado,” o referendo foi decisivamente derrotado, por dois terços de votos contra, numa eleição especial de baixa participação (de 42 por cento).<sup>6</sup> Perdeu-se uma oportunidade para a Grã Bretanha quebrar a polarização passada e obsoleta entre Esquerda e Direita, possivelmente por uma geração. No passado Novembro, o Estado de Maine votou 52 por cento a favor de uma iniciativa eleitoral semelhante que adoptava o *Ranked Choice Voting* (RCV) para todas as suas eleições para legislatura estadual, governador, e Câmara e Senado

dos EUA, mas foi recentemente invalidada pelo Supremo Tribunal de Maine com base em questões técnicas.<sup>7</sup> Há cada vez mais interesse no RCV noutros estados dos EUA, cada um dos quais tem a autoridade legal, ou por estado legislativo e/ou por iniciativa do eleitor, para o adoptar no próprio estado e em eleições para o Congresso dos EUA. Mas a decisão de Maine é um contratempo sério, mesmo que temporário, para os esforços reformistas. O primeiro iria na direcção de primárias abertas e não-partidárias, como fez o estado da Califórnia quando adoptou o sistema “top-two” de “blanket primaries” (no qual todos os candidatos concorrem numa primeira ronda, e os dois seguem para a eleição geral, independentemente de afiliação partidária). A segunda reforma eliminaria *gerrymandering* partidário [prática que procura criar vantagem política manipulando fronteiras distritais onde há sistemas eleitorais maioritários] em distritos legislativos e parlamentares estaduais, como o fez a Califórnia em 2010 por iniciativa dos eleitores. O estado do Ohio irá votar este Novembro uma iniciativa criativa dos cidadãos, requerendo que as fronteiras distritais parlamentares dos EUA sejam desenhadas de tal forma que garanta a maior proporcionalidade possível entre votos e lugares.<sup>8</sup>

Uma reforma despolitizada e equilibrada dos círculos eleitorais é desejável, não só como uma questão de justiça democrática básica, mas também por tender a resultar em distritos mais competitivos e, quando os distritos são mais competitivos, os seus representantes tendem a ser mais moderados porque eles devem apelar ao (ou ter em consideração as sensibilidades do) eleitor mediano, não vá o distrito pender na eleição seguinte contra históricos de votação inflexíveis e ideológicos.

Reformas institucionais valem o que valem. A polarização política nos Estados Unidos é movida por profundos factores sociais e culturais, incluindo particularmente o aparecimento das redes sociais, que se estão a tornar-se não só numa força revigorante mas, mais recentemente, numa força cada vez mais tóxica em política democrática, erodindo o civismo, a tolerância, o pluralismo e a razão, aprofundando a encapsulação nas chamadas “echo chambers” [câmaras de ressonância] de partidários da mesma opinião que se reforçam. Acresce que, tanto nos EUA como no Reino Unido, a polarização também é motivada pela crescente distância

social e cultural entre espaços urbanos e rurais ou ex-urbanos. Os grandes contextos urbanos são geralmente cosmopolitas, pluralistas, tolerantes e liberais. À medida que se entra nos contextos rurais e de subúrbio, as comunidades e as visões políticas mostram-se mais tradicionais, mais religiosas, mais desconfiadas de recém-chegados, e mais conservadoras. Ninguém percebeu ainda como ultrapassar esta divisão e, nos EUA, as duas Américas mal se falam ou se conhecem.

### VALORES

Não tenho aqui espaço para explorar adequadamente o motivo mais alarmante para preocupação com a tradição da liberdade sob a lei ocidental: Os crescentes sinais de erosão normativa vindos de dentro das sociedades ocidentais. Como demonstraram Roberto Foa e Yascha Mounk em dois recentes artigos do *Journal of Democracy*,<sup>9</sup> há um vasto e crescente desafeiçoamento com valores e instituições democráticas numa variedade de democracias liberais ocidentais, com muitas sociedades, especialmente os Estados Unidos, a exibir um padrão de apoio decrescente pela democracia a cada passo da escada geracional, mais surpreendentemente entre jovens (cidadãos abaixo dos 29). Isto sugere que o crescente apoio por partidos e candidatos populistas iliberais não é uma anomalia temporária mas que tem raízes normativas cada vez mais profundas, reflectindo um cinismo alargado com o estabelecimento político, padrões de longa data bem conhecidos de confiança decrescente no governo, fraco conhecimento de instituições e práticas democráticas, e crescente abertura a alternativas autoritárias explícitas ou implícitas. Por exemplo, em nenhuma grande democracia liberal ocidental estudada pelo *World Values Survey* em 2010-11 (o seu mais recente estudo) houve menos de um quinto do apoio público pela opção “ter um líder forte que não se importa com o parlamento e as eleições.” E nos Estados Unidos, a proporção que apoia a ideia de ter um Exército a governar o país aumentou de um décimo sexto do público para um sexto num período de vinte anos – mais uma vez os jovens foram surpreendentemente mais adeptos de ambas as opções. Embora Foa e Mounk tenham sido criticados por muitos outros cientistas sociais pelas suas interpretações dos dados e por sobre-generalizarem as suas descobertas, o facto é que muitas sondagens dife-

rentes – e agora eleições – demonstram cada vez menos fé nas instituições e valores democráticos liberais nalgumas democracias ocidentais, e uma vontade cada vez maior de apoiar ou alimentar opções ligeira ou até fortemente autoritárias. E numa série de países, isto é mais preocupantemente evidente entre os novos. Um artigo que iremos publicar em breve no *Journal of Democracy* de Paul Howe, demonstra que estes sentimentos estão fortemente correlacionados com o declínio geral de normas éticas (que apoiam suborno, fuga aos impostos, falsa reivindicação de benefícios governamentais, e assim sucessivamente).

Quero concluir com este ponto: Nós estamos muito longe de compreender inteiramente o que está a acontecer, o pleno alcance do que está a acontecer, e o vasto leque de factores que o motivam. Penso que a intensidade, competitividade, fragmentação, e cinismo das redes sociais e a nossa era dos media em geral são parte. As crescentes desigualdade e insegurança económicas são sem dúvida parte. É também a sensação geral de vulnerabilidade e de ameaça social que pode ser, para quem não está acostumado ao pluralismo social,

agravado pela imigração ou percepções de que os estrangeiros vêm para roubar emprego e benefícios e subverter a sua cultura.

Mas duas coisas são claras para mim. Temos de encontrar formas de adaptar e reformar as nossas instituições políticas para reduzir a polarização política e facilitar inovação política e de políticas públicas. E devemos renovar a tarefa, que ficou pelo caminho devido a apatia e distração, de educar os novos de forma profunda e persistente na história e nos valores da democracia liberal. Estamos todos obcecados agora com fundamentos e tecnologia na educação. Temos de ensinar matemática e capacidades de leitura e escrita básicas desde tenra idade. Esta será uma capacidade crucial para o resto das suas vidas, pelo menos para compreender se não praticar e avançar. Mas não há capacidade mais importante para o futuro da nossa democracia que uma cidadania liberal, tolerante e empenhada. Se não a ensinarmos e cultivarmos, constantemente através do currículo escolar do início ao fim, e de formas novas e criativas além das escolas, corremos o risco de perder tudo o que importa na tradição da liberdade sob a lei no Ocidente. ■

### NOTAS

- 1 Steven Radelet, *The Great Surge: The Ascent of the Developing World* (New York: Simon and Schuster, 2015), and Radelet, “The Rise of the World’s Poorest Countries,” *Journal of Democracy* 26 (October 2015): 5–19, <http://www.journalofdemocracy.org/article/rise-world%E2%80%99s-poorest-countries>.
- 2 Tian Jenchen, “One Belt and one Road: Connecting the World,” <http://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>.
- 3 Larry Diamond, Marc F. Plattner, e Christopher Walker, eds., *Authoritarianism Goes Global* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016); Anne-Marie Brady, “China’s Foreign Propaganda Machine,” in *Authoritarianism Goes Global*, capítulo 7; Walker, Plattner, and Diamond, “Authoritarianism Goes Global,” *The American Interest*, 28 de Março, 2016;
- 4 De acordo com o FMI, o rendimento per capita actual da China em poder de compra paritário é \$15.399 e o da Rússia é de 26.490, mas até se a China estiver a exagerar o seu crescimento económico, ele será provavelmente pelo menos 4 por cento por ano em termos per capita, enquanto que a economia da Rússia tem estado estagnada ou em declínio. A população da China é cerca de dez vezes a da Rússia e está a crescer 0,5% por ano; A Rússia mal cresce de todo (0,2%).
- 5 A minha contagem das democracias eleitorais no mundo já removeu desta lista alguns estados, tal como a Nigéria, que ficam abaixo do ponto médio na escala de 7 pontos de liberdades civis, mas tenho sido geralmente conservador (provavelmente demais) na recodificação da lista anual de “democracias” da Freedom House. Veja os capítulos 3 e 4 do meu livro, *In Search of Democracy* (London: Routledge, 2016).
- 6 [https://en.wikipedia.org/wiki/United\\_Kingdom\\_Alternative\\_Vote\\_referendum,\\_2011](https://en.wikipedia.org/wiki/United_Kingdom_Alternative_Vote_referendum,_2011).
- 7 A linguagem constitucional de Maine, que requer eleições para cargos estatais por pluralidade, é ambígua e poderia ter sido lida de ambas as formas. A Câmara dos Representantes de Maine votou na altura a favor de emendar a Constituição de Maine para a tornar compatível com a vontade dos eleitores de modo a implementar o *Ranked Choice Voting*, mas a margem de vitória (78–68) não atingiu o limiar necessário de dois terços, e em todo o caso a medida seria provavelmente derrotada no Senado do Estado de Maine controlado pelo Partido Republicano. A iniciativa eleitoral está agora num limbo, com implementação parcial possível em eleições para o Congresso dos EUA e possíveis contestações judiciais futuras. <http://www.pressherald.com/2017/06/23/constitutional-amendment-to-fix-ranked-choice-voting-falters-in-house/>
- 8 Em 2016, Ohio lançou 52% do total dos seus votos para o Congresso pelos Republicanos e 48% pelos os Democratas, mas os Republicanos detêm 12 dos 16 lugares do congresso.
- 9 <http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Foa%26Mounk-27-3.pdf>, <http://www.journalofdemocracy.org/article/signs-deconsolidation>.